



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Preço deste número — NKz 180.00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — U. E. E., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa».

ASSINATURAS		Ano
As três séries ... ..	NKz	30.000.00
A 1.ª série ... ..	NKz	13.500.00
A 2.ª série ... ..	NKz	10.500.00
A 3.ª série ... ..	NKz	6.000.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de NKz 180.00, e para a 3.ª série NKz 240.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série, de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — U. E. E..

## IMPRENSA NACIONAL — U. E. E.

### AVISO AOS ASSINANTES

Todos os assinantes do «Diário da República» que desejam renovar as suas assinaturas para o próximo ano, deverão remeter a importância respectiva, até 30 de Novembro improrrogavelmente, a fim de não sofrerem interrupção na remessa.

Devem também indicar a esta Imprensa, o endereço completo incluindo o número da Caixa Postal, e se pretendem que o mesmo seja enviado por via aérea ou via normal.

### Decreto n.º 72/91:

Determina que a título transitório, na liquidação cambial das operações de exportação de serviços e de mercadorias que não sejam o petróleo e seus refinados e diamantes, deverá ser utilizado o câmbio equivalente ao valor da taxa de câmbio oficial acrescido de um adicional igual ao valor da sobretaxa 52 aplicado às importações e que estiver a vigorar na data da operação.

## Ministérios do Plano e das Finanças

### Decreto executivo conjunto n.º 66/91:

Constitui o Governo Provincial de Benguela em órgão executivo do Projecto de Reabilitação Urbana e Ambiental Lobito/Benguela (PRUALB) financiado pela Associação Internacional de Desenvolvimento.

## Ministério das Finanças

### Decreto executivo n.º 67/91:

Fixa a taxa de câmbio aplicável às operações comerciais em curso com o exterior.

### Decreto executivo n.º 68/91:

Determina que deve ser aplicada a taxa de câmbio de venda em vigor no dia de pagamento do respectivo Imposto Industrial ou Imposto sobre a aplicação de capitais às transferências de lucros e dividendos ao abrigo da legislação sobre o investimento estrangeiro.

### Decreto executivo n.º 69/91:

Determina que os valores em moeda nacional, previstos no Orçamento Geral do Estado, para os subsídios com incidência cambial, deverão ser actualizados, tendo em vista a aquisição do anterior montante em moeda externa.

### Decreto executivo n.º 70/91:

Esclarece o conceito de câmbio oficial, referido no n.º 5 do artigo 4.º das Instruções Preliminares da Pauta Aduaneira de Importação em vigor.

### Decreto executivo n.º 71/91:

Fixa em 5% o nível da taxa de serviço, criado pelo Despacho n.º 43-A/73, de 23 de Fevereiro, do Ministério das Finanças.

## SUMÁRIO

### Conselho de Ministros

#### Decreto n.º 67/91:

Dá nova redacção ao artigo 32.º da Tabela do Imposto de Selo.

#### Decreto n.º 68/91:

Garante aos trabalhadores por conta de outrem o salário mínimo mensal de NKz 12.000.00. — Revoga todas as disposições que contrariem o presente diploma, nomeadamente o Decreto n.º 59/91, de 4 de Outubro.

#### Decreto n.º 69/91:

Desvaloriza em 50% a moeda nacional.

#### Decreto n.º 70/91:

Ajusta as taxas da tabela ao Regulamento do Imposto de Consumo, aprovado pelo Decreto n.º 24/89, de 27 de Maio.

#### Decreto n.º 71/91:

Aprova os salários para os trabalhadores da Função Pública e das Entidades Equiparadas. — Revoga a tabela a que se refere o artigo 1.º do Decreto n.º 57/91, de 4 de Outubro.

2. A fórmula apresentada no número anterior, pode ser calculada em termos de média anual, sempre que o horário semanal do trabalhador se apresente variável.

#### ARTIGO 3.º

##### (Reduções relacionadas com as Entidades Empregadoras)

1. Os montantes de salário mínimo mensal estabelecidos nos termos do n.º 1 do artigo 1.º e no artigo 3.º, poderão não ser aplicadas, mediante despacho favorável do Ministério do Trabalho, Administração Pública e Segurança Social, a requerimento da Empresa.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, a empresa deve demonstrar que o desequilíbrio financeiro, resultante de exercícios negativos ou de outros factores atendíveis, pode ser seriamente afectado pelo agravamento dos custos salariais.

#### ARTIGO 4.º

##### (Aumento do salário mínimo mensal)

O valor do salário mínimo mensal estabelecido nos termos do presente decreto, pode ser objecto de aumentos colectivos ou individuais mediante um processo de negociações entre as partes.

#### ARTIGO 5.º

##### (Actualização do salário mínimo mensal)

Os valores do salário mínimo mensal estabelecidos nos termos do artigo 1.º serão actualizados periodicamente por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Administração Pública e Segurança Social.

#### ARTIGO 6.º

##### (Disposições finais e transitórias)

1. As prestações pecuniárias cuja atribuição seja accidental ou por um período não superior a um mês, não devem ser consideradas como componentes do salário mínimo mensal.

2. No montante do salário mínimo mensal devem ser incluídas as prestações em espécie, calculadas a preços de correntes e de mercado não podendo, no entanto, ultrapassar os 50% do salário efectivo.

#### ARTIGO 7.º

##### (Revogações)

São revogadas todas as disposições que contrariem o presente diploma, nomeadamente o Decreto n.º 59/91, de 4 de Outubro.

#### ARTIGO 8.º

##### (Resolução de dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente diploma, serão resolvidas por despacho do Ministro do Trabalho, Administração Pública e Segurança Social.

#### ARTIGO 9.º

##### (Entrada em vigor)

Este decreto tem efeitos a partir de 18 de Novembro de 1991.

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Novembro de 1991.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

#### Decreto n.º 69/91

de 15 de Novembro

No âmbito do reajustamento da política de preços e de rendimentos, política monetária, de crédito e cambial, no contexto do Programa de Acção do Governo, assume especial importância a taxa de câmbio da moeda nacional;

Tornando-se necessário corrigir os desajustamentos actualmente existentes entre as disponibilidades cambiais e a procura interna de divisas, bem como incentivar a criação de condições tendentes ao aumento da oferta de bens e serviços de produção nacional;

Nos termos do artigo 67.º da Lei Constitucional e no uso da faculdade que me é conferida pela alínea q) do artigo 47.º da mesma Lei, o Conselho de Ministros decreta e eu faço publicar o seguinte:

Artigo 1.º — 1. A moeda nacional é desvalorizada em cinquenta por cento (50%), passando a paridade para 1 US\$ = 90 NKz (um dólar dos Estados Unidos da América equivalente a noventa novos Kwanzas).

2. O Governador do Banco Nacional de Angola, no exercício da competência que lhe foi atribuída pela Lei Orgânica do Banco, procederá às subsequentes desvalorizações que se revelarem necessárias, no âmbito do Plano Nacional.

Art. 2.º — É atribuída competência ao Ministro das Finanças para a aprovação das medidas convenientes para a regularização dos créditos provocados pela alteração da paridade cambial da moeda nacional.

Art. 3.º — É atribuída competência ao Governador do Banco Nacional de Angola para estabelecer as condições em que serão realizadas as operações cambiais no mercado de taxas flutuantes.

Art. 4.º — O presente decreto entra em vigor às 0.00 horas do dia 18 de Novembro de 1991.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Novembro de 1991.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**Decreto n.º 70/91**  
de 15 de Novembro

Havendo necessidade de se ajustar a tabela anexa ao regulamento de Imposto de Consumo aprovado pelo Decreto n.º 24/89, de 27 de Maio.

Considerando que os derivados de petróleo obedecem a um regime especial de tributação.

Nos termos do artigo 67.º da Lei Constitucional e no uso da faculdade que me é conferida pela alínea g) do artigo 47.º da mesma Lei, o Conselho de Ministros delibera e eu assino e faço publicar o seguinte:

Artigo 1.º — As taxas constantes da tabela anexa ao regulamento do Imposto de Consumo são ajustadas do seguinte modo:

- a) as de valor superior a 5% e até 40%, passam para um valor único de 10%;
- b) as de valor superior a 40% e até 100%, passam para um valor único de 25%;
- c) as de valor superior a 100%, passam para um valor único de 30%;
- d) não recairá qualquer ajustamento sobre a taxa de 5%.

Art. 2.º — As designações e as taxas referentes as mercadorias das posições pautais 22.05, 24.02 e 87.02 passam a ter a seguinte redacção:

Posição Pautal	Designação das mercadorias	Taxa
22.05	— Vinhos Comuns .....	25%
	— Vinhos de Mesa .....	30%
	— Champagne .....	30%
24.02	— Tabaco manipulado	
	— Em charutos e cigarrilhas .....	30%
	— Em cigarros (com ou sem filtro) .....	30%
	— Picado .....	30%
87.02	— Automóveis p/transporte de pessoas .....	10%

Art. 3.º — Fica excluída da Tabela a posição pautal 27.11 — Gases Liquefeitos, para aquecimento, iluminação e outros usos.

A presente medida entra em vigor às 0.00 horas do dia 18 de Novembro de 1991.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Novembro de 1991.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**Decreto n.º 71/91**  
de 15 de Novembro

Conjuntamente com a entrada em vigor de algumas medidas de políticas económica e laboral, preconizadas no quadro do Programa de Acção do Governo, torna-se necessária a actualização da tabela salarial para os trabalhadores da função pública e entidades equiparadas.

Assim, nos termos do artigo 67.º da Lei Constitucional e no uso da faculdade que me é conferida pela alínea g) do artigo 47.º da mesma Lei, o Conselho de Ministros decreta e eu assino e faço publicar o seguinte:

**ARTIGO 1.º**

(Tabela salarial)

São aprovados, para os trabalhadores da Função Pública e das Entidades Equiparadas, os salários constantes da tabela anexa ao presente decreto e que dele faz parte integrante.

**ARTIGO 2.º**

(Norma revogatória)

É revogada a tabela a que se refere o artigo 1.º do Decreto n.º 57/91, de 4 de Outubro.

**ARTIGO 3.º**

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões surgidas na interpretação e aplicação do presente decreto, serão resolvidas pelo Ministro do Trabalho, Administração Pública e Segurança Social ou pelo Ministro das Finanças, consoante a matéria em causa.

**ARTIGO 4.º**

(Entrada em vigor)

Este diploma tem efeitos a partir de 18 de Novembro de 1991.

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Novembro de 1991.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.